

O GOVERNO, O TERRITÓRIO E A ADMINISTRAÇÃO

O Governo que sair das eleições deveria ter uma estrutura orgânica que permitisse:

a) Coordenar ao nível regional as políticas públicas sectoriais (PPS), modulando ao nível regional as ditas PPS e aumentando a eficácia da despesa pública;

b) Retirar o monopólio da elaboração, implementação e avaliação das PPS das corporações respectivas;

c) Proceder a uma clara separação entre cargos políticos, que requerem confiança política, e cargos técnicos, que requerem competência técnica, terminando com a presente distribuição de lugares na administração central do Estado, distribuição que privilegia a filiação político partidária em detrimento da competência técnica;

d) Reorganizar, gradualmente, a administração central do Estado, racionalizando-a territorialmente, eliminando a sobreposição de competências entre organismos, eliminando organismos supérfluos, estabilizando o número de organismos e profissionalizando os quadros da referida administração.

No sentido de permitir o acima exposto, o Governo que sair das próximas eleições deveria ter, além de ministérios sectoriais, cinco ministérios regionais, que resultariam da promoção das actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) a ministérios.

Cada ministério sectorial teria um ministro e cinco secretários, um para cada uma das cinco regiões das CCDR, que constituiriam a sua Direcção Coordenadora. Esta Direcção Coordenadora, desconcentrada ou não, seria responsável pela coordenação das políticas dos diversos organismos do ministério em questão, ao nível nacional e regional. Para tal teria como órgão de consulta um conselho consultivo sectorial, com representantes das diferentes regiões no sector em causa. Os secretários regionais

poderiam assumir, sempre que necessário e em paralelo, pastas sub sectoriais ao nível nacional.

Cada ministério regional teria um ministro e cinco secretários sectoriais que constituiriam a sua Direcção Coordenadora. Esta Direcção Coordenadora seria responsável ao nível regional pela coordenação de políticas entre organismos de ministérios sectoriais distintos. Para tal teria como órgão de consulta um conselho consultivo regional, com representantes dos diversos sectores na região em causa. Os secretários sectoriais seriam responsáveis por uma ou mais pastas sectoriais.

Os cargos de confiança política ao nível do Governo seriam os dos ministros, os dos secretários e, quanto muito, os do respectivo pessoal de apoio. Com 11 ministérios sectoriais e 5 regionais, teríamos 80 lugares políticos e, se juntarmos o dobro destes lugares para apoio administrativo e de assessoria, teríamos um total de 240 lugares de confiança política, não mais. Ou seja, os cargos dos presidentes dos organismos da administração central do Estado e os dos respectivos funcionários seriam cargos de competência técnica e não de confiança política. Um bom profissional cumpre, o melhor que pode, as orientações de política que lhe dão. E quando tem relutância em cumprir põe o seu lugar à disposição. Provavelmente isto implicaria a criação de uma Alta Escola de Administração e a existência de critérios muito rigorosos de recrutamento dos quadros da administração central do Estado.

Este cruzamento entre ministérios sectoriais e regionais permitiria criar um Governo coeso em que cada ministério, cada organismo do Estado, deixaria de funcionar como se os outros não existissem.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Porto, 10 de Fevereiro de 2005